



Resumo de Notícias

08/04/2016 - Sinttel-ES

BrasilCenter é condenada por não aceitar atestado médico

O departamento Jurídico do Sinttel-ES conseguiu, na Justiça do Trabalho, reparar uma injustiça praticada pela BrasilCenter Telecomunicações, um call center, localizado em Vila Velha/ES. É a mesma empresa denunciada e condenada por fazer escala para gravidez.

Desta vez, uma trabalhadora foi coagida a pedir demissão porque a BrasilCenter Telecomunicações não acatou o atestado médico, que determinava licença médica de acompanhamento por mais 15 dias para amamentação do filho recém-nascido. O Tribunal Regional do Trabalho considerou que a trabalhadora foi vítima de "lesão grave e intensa à dignidade da pessoa humana". A empresa foi condenada a reverter o "pedido de demissão" para "demissão sem justa causa" e ainda pagar R\$ 3 mil por danos morais à ex-empregada.

Esse fato serve de exemplo para muitos/as trabalhadores/as nas empresas de telecomunicações. Por isso, preste atenção nessa história – que acabou com uma reparação de danos – mas poderia ter sido esquecida, ou, simplesmente abandonada, como acontece na maioria das vezes por companheiros/as que não acreditam na atuação do SINTTEL na luta pela garantia dos direitos.

Pedido de Demissão

Trabalhando há mais de quatro anos na BrasilCenter, a teleatendente de iniciais D.P. foi coagida a pedir demissão pelo preposto da empresa, em janeiro de 2014, depois que o departamento de pessoal da BrasilCenter não aceitou um atestado médico de 15 dias para acompanhar e amamentar o filho recém-nascido.

A empresa não aceitou o atestado, porque para ela o atestado médico deveria ter sido entregue ao INSS em conformidade com Instrução Normativa

45, que fixa normas para prorrogar a licença maternidade. Porém, a empresa se esqueceu que antecipou as férias de DP, que as gozou logo que acabou a licença-maternidade em 25.11.2013. Ou seja, após o período da licença, DP entrou de férias, para ficar mais um mês com o filho. Deveria retornar ao trabalho no 27.12.2013. Desta forma, como ela poderia prorrogar a licença-maternidade que acabara 45 dias antes da entrega do atestado médico?

Diante da recusa em aceitar o atestado, que foi entregue no dia 09 de janeiro de 2014, a empresa não lhe deu alternativa, coagindo a trabalhadora a escrever o pedido de demissão que o preposto lhe ditava.

Em fevereiro, no Sinttel, foi feita a rescisão de contrato. DP foi demitida sem direito a multa de 40% sobre o saldo de FGTS e também de poder sacá-lo. Não teve direito ao seguro-desemprego. Também teve os dias não trabalhados, para amamentar o filho, descontados, assim como o período de aviso prévio. Na ocasião, DP fez uma ressalva no Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, relatando que fora obrigada a escrever o pedido de demissão.

Em 10/03/2014, o departamento Jurídico do Sinttel, por meio da advogada Renata Schimidt Gasparini, entrou com uma ação para reverter o pedido de demissão e condenar a empresa por dano moral, afinal, coagir uma trabalhadora a escrever o próprio pedido de demissão, no momento em que retorna da licença-maternidade, tendo um filho recém-nascido nos braços, é "uma grave violação à dignidade humana ou aos direitos da personalidade, abrangendo a imagem, a integridade, a intimidade, a honra (tanto objetiva quanto subjetiva) e o nome da pessoa humana", conforme escreveu na sentença, o desembargador Jailson Pereira da Silva.



Resumo de Notícias

Na primeira instância da Justiça do Trabalho, onde o processo começou a tramitar, a juíza da 12ª Vara do Trabalho de Vitória, Germana de Morelo não aceitou os argumentos da trabalhadora. Tudo foi negado. O Sinttel-ES, então, recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT-ES).

A ação que pedia a reparação dos direitos infringidos pela BrasilCenter passou a ser analisada pela Secretaria da 3ª Turma do Tribunal. E a sentença para a atendente foi totalmente contrária ao que havia acontecido na 12ª Vara do Trabalho de Vitória.

O acordão dessa ação, ou seja, o resumo da sentença, foi o seguinte:

“ Acordam os Magistrados da 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, na Sessão Ordinária realizada no dia 21/03/2016, sob a Presidência do Exmo. Desembargador Jailson Pereira da Silva, com a presença dos Exmos. Desembargadores Carlos Henrique Bezerra Leite e Mário Ribeiro Cantarino Neto e do representante do Ministério Público do Trabalho

Procurador Regional João Hilário Valentim; por unanimidade, conhecer do recurso ordinário da reclamante e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento para converter o pedido de demissão em dispensa sem justa causa e, consequentemente, condenar a reclamada no pagamento das verbas requeridas na alínea “ a ” da petição inicial e deferir a indenização por dano moral, no importe de R\$3.000,00. Vencido, o Desembargador Mário Ribeiro Cantarino Neto. Sustentação oral da Dra. Renata Gasparini, pelo Sinttel-ES e DP e da Dra. Tammy Noronha, pela BrasilCenter.”

Desta forma, DP terá direito a receber as verbas rescisórias, como a multa de 40% sobre o saldo do FGTS, afinal das contas ela trabalhou 4 anos para a BrasilCenter, podendo sacar; aviso prévio indenizado e poderá ingressar com pedido ao seguro-desemprego. Além disso, receberá a quantia de R\$ 3 mil por dano moral. A decisão foi publicada no dia 07/04/2016.

A luta continua!

11/04/2016 - Telesíntese

Pela banda larga, governo manda usar bens reversíveis, acabar com contrato de concessão e tarifas

O Ministério das Comunicações publicou hoje, 11, no Diário Oficial da União, portaria nº 1.455, que define as diretrizes para a atuação da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel na elaboração de proposta de revisão do atual modelo de prestação de serviços de telecomunicações. Modelo este que coloca a banda larga no centro da política nacional de telecom, propõe liberar as atuais concessionárias de telefonia fixa dos ônus do regime público, desde que elas invistam em projetos de banda larga, seja em redes de fibras e de rádio de alta capacidade para ligar os municípios seja em redes de acesso. Para os investimentos, o Ministério das Comunicações está liberando a Anatel para negociar os bens reversíveis, o prazo

das concessões, o ônus do serviço fixo e o controle tarifário. Mas haverá uma nova licença "vigiada".

A prioridade dos investimentos das concessionárias, que passarão para um novo regime, deverá se dar em três direções:

- Expansão das redes de transporte em fibra óptica e em rádio de alta capacidade para mais municípios;
- II – Ampliação da cobertura de vilas e de aglomerados rurais com banda larga móvel;
- III – Aumento da abrangência de redes de acesso baseadas em fibra óptica nas áreas urbanas;
- IV – Atendimento de órgãos públicos, com prioridade para os serviços de educação e de saúde, com acesso à Internet em banda larga.



Resumo de Notícias

O Ministério determina ainda que o serviço de voz "existente" deverá ser mantido onde ele ainda for necessário. O que significa que não deverá haver a migração de toda a concessão de telefonia fixa para o serviço privado. Tanto nas propostas já formuladas pelos conselheiros Igor de Freitas e Rodrigo Zerbone alguns serviços sob a forma de concessão ainda se manteriam, até para não precisar mexer na Lei Geral de Telecomunicações. No caso de Igor, seriam mantidos apenas os orelhões onde não houvesse qualquer outra oferta de voz (mesmo que celular). No caso de Zerbone, haveria uma grande aliviada na instalação de orelhões, mas as obrigações de manutenção dos telefones fixos nas atuais áreas de concessão iriam permanecer até a migração final para o novo regime. Na proposta do Ministério, não fica muito claro o que se pretende.

Mais liberdade

O regime de maior liberdade para as cinco concessionárias (três grandes grupos e duas regionais, a saber Telefônica, América Móvil, Oi, Algar Telecom e

Sercomtel) significa que a Anatel deverá "modular a regulação em função da competitividade das áreas do país", uma mudança importante de política, pois até hoje as regulações da agência foram uniformes para o país inteiro.

A portaria explicita que o Poder Público quer manter a sua capacidade de "monitorar as redes estratégicas", o que deverá se transformar em uma autorização com mais obrigações que está sendo chamada nos corredores da agência. O Minicom manda ainda a agência simplificar o atual modelo de outorgas de serviços e ser mais ágil na outorga de licenças.

Para estimular que as concessionárias migrem para o novo modelo (sem essa migração, não há investimentos em banda larga no montante desejado pelo governo), o Ministério lista o que pode ser monetizado: a revisão das metas da telefonia fixa; a alteração do regime de controle tarifário; a utilização de ônus contratuais financeiros (como os 2% do faturamento devidos a cada biênio); a eliminação da reversibilidade; e a eliminação do prazo contratual de 2025.

11/04/2016 - Vermelho

Banco Central estabelece multa de R\$ 1 milhão a Eduardo Cunha

A Procuradoria Geral do Banco Central informou, em ofício enviado ao Conselho de Ética na última semana, que concluiu por uma punição de R\$ 1 milhão ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), por não ter declarado ao órgão a existência de contas e recursos no exterior, de acordo com informações da edição deste sábado (9) da Folha de S.Paulo.

De acordo com o argumento da área jurídica do BC, caberia a Cunha multa de R\$ 125 mil por cada ano em que não houve a declaração. Como há provas de que o deputado do PMDB manteve recursos não-declarados no exterior entre os anos de 2007 a 2014, os oito anos totalizam a punição de R\$ 1 milhão.

No ofício, obtido pela Folha, a Procuradoria Geral do BC diz ao Conselho de Ética que "sob a ótica

estritamente jurídica" os documentos apontam que Cunha "teria cometido infrações às normas" da declaração de recursos no exterior. Ainda cabe, porém, aval de uma segunda instância do BC, que vai analisar um processo punitivo contra Cunha.

Em parecer técnico enviado ao Conselho de Ética, o BC conclui que Cunha manteve recursos não declarados durante o período e rejeita a defesa do presidente da Câmara, cujo argumento é o de que os recursos não precisariam ser declarados por estarem em nome de "trusts". Ficou "inapelavelmente caracterizado" o vínculo de Cunha com os recursos no exterior por ser o parlamentar o beneficiário dos "trusts", segundo o parecer.



Resumo de Notícias

09/04/2016 - Vermelho

Datafolha: Lula lidera pesquisa para 2018, tucanos despencam

Pesquisa Datafolha realizada nos dias 7 e 8 de abril mostra uma importante alteração no cenário político nacional: uma queda acentuada das intenções de voto nos candidatos tucanos e uma consistente subida do ex-presidente Lula

Lula lidera pesquisa Data Folha Lula lidera pesquisa Data Folha Quando comparadas as pesquisas realizadas em 17 e 18 de março com a que foi divulgada hoje, 9 de abril, Lula disparou de 17 para 22 pontos no cenário em que enfrenta Serra; de 17 para 21 no que enfrenta Aécio Neves e de 17 para 22 quando o seu adversário tucano é o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

Os tombo tucano entre março e abril impressiona: Aécio caiu de 24 para 17, Alckmin de 14 para 9, Serra de 15 para 11 pontos.

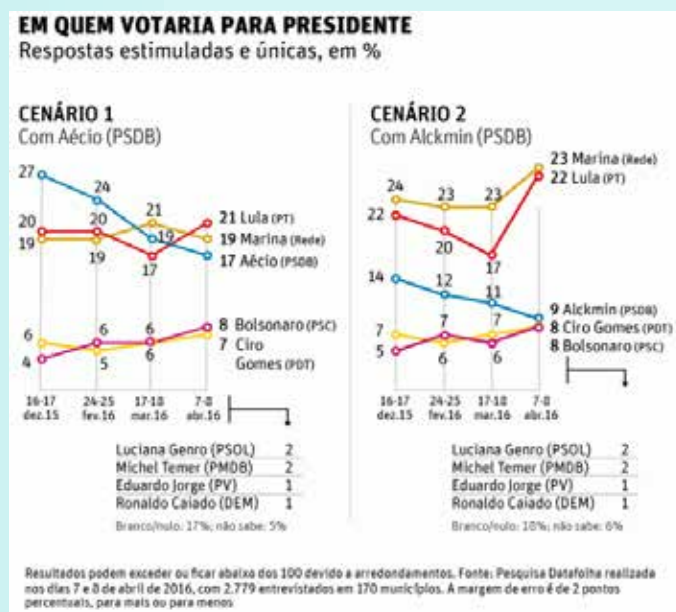
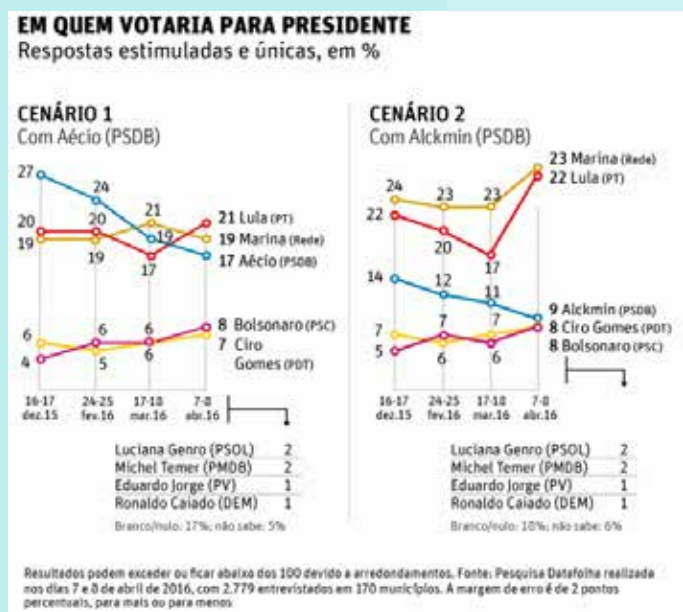
Os líderes da pesquisa Datafolha são Lula e Marina Silva, candidata a presidente pela Rede Sustentabilidade. No cenário em que o candidato tucano é Serra, Lula e Marina empatam; quando o candidato do PSDB é Aécio, Lula fica na frente com 21 pontos contra 19; já na hipótese de o candidato ser Alckmin,

Marina está na frente por um ponto percentual, 23 a 22.

Se em março Lula estava atrás da candidata da Rede em todos os cenários, agora a situação é de empate. Marina Silva esta estagnada, oscilando na faixa dos 20 % nas pesquisas do Datafolha desde dezembro de 2015.

O ex-ministro Ciro Gomes, que tem sido uma das mais importantes lideranças da luta contra o impeachment, oscilou para cima um ponto nos cenários em que os candidatos tucanos são Aécio e Alckmin, atingindo 7% e 8%, respectivamente.

É necessário analisar os números com calma, mas parecem ter contribuído para a construção desse cenário a firme denuncia do golpe feita por amplas parcelas da consciência democrática do país e a disposição do ex-presidente Lula de ir às ruas ao lado do movimento social organizado. Enquanto isso, avolumam-se denúncias contra os tucanos, desde as inúmeras aparições do nome de Aécio nas investigações da Lava a Jato, até o escândalo da merenda que envolve o governo de Alckmin em São Paulo.



Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/279007-1>



Resumo de Notícias

Altamiro Borges - 11/04/2016

A crise é mental

O escândalo chamado Panama Papers cabe com encaixe perfeito entre os resultados da sujeição do mundo ao deus mercado que o papa Francisco mais propriamente definiria como demônio do dinheiro.

Antes de cogitarmos de uma reforma política brasileira, de resto, por ora tão improvável quanto duvidosa, seria altamente recomendável uma reforma do globo terráqueo. De sorte a reverter o processo destinado a enriquecer cada vez mais uns poucos para empobrecer e imbecilizar os demais. Aludo a bilhões de seres ditos humanos.

Um jurista italiano em recente visita ao Brasil, ex-integrante da força-tarefa da Operazione Mani Pulite, Gherardo Colombo, convidado com o transparente propósito de constatar convenientes similitudes entre aquela ação justiceira e a Lava Jato, cuidou de desencantar os anfitriões, de sorte a não merecer maior repercussão na mídia nativa, a do pensamento único a favor do golpe.

A tese central de Colombo, exposta no debate promovido para favorecer Sergio Moro e os promotores curitibanos, é a seguinte: em situações de corrupção desenfreada, a magistratura terá de agir para prender e incriminar quem quer que seja, mas não extirpará o mal se este for da cultura do país. O pecado só será remido pela educação dos graúdos e dos miúdos. Dura lição, que não se coaduna com as pretensões da Lava Jato.

A corrupção é global, como, por exemplo, os Panama Papers comprovam. Nem por isso Moro e sua operação deixam de ser representativos de um país a seu modo único. A Lava Jato presta-se a fornecer munição a uma tentativa de golpe, vale-se de uma polícia disposta a desservir ao Estado para favorecer a manobra em sintonia com a mídia compactamente envolvida no processo.

Atenta contra a lei impavidamente e tanto esquece a origem da corrupção e seus mais atilados praticantes, bem como líquida em um piscar de olhos a possibilidade de qualquer envolvimento da Mossack.

Desponta a urgência de interrogar os botões: por que será que Moro e cia. enterraram o assunto? Respondem: talvez o peso de nomes graúdos detentores das offshore à margem do canal, nomes retumbantes, tenha aconselhado o súbito recuo, mesmo depois da prisão de cinco suspeitos da Mossack, logo postos em liberdade.

Uma pergunta chama outra: e por quais cargas-d'água as atividades do empresário Fernando Henrique Cardoso e do seu endiabrado herdeiro Paulo Henrique não mereceram eco da mídia nativa? Ora, ora, respondem os botões, FHC é ainda mais invulnerável do que Aquiles, o herói grego de calcanhar indefeso. Nem mesmo Paris, de excelente pontaria, conseguiria abater o ex-presidente sem pontos fracos.

A incerteza do momento precipita mais perguntas. Por que ressurge a proposta da renúncia da presidenta Dilma, formulada tempos atrás pelo acima citado FHC? A Folha de S.Paulo ressuscita a ideia como portadora da bandeira a abrir o desfile olímpico. Marcha imponente, a convocar muitos dos titulares da casa-grande, seus aspirantes e fâmulos.

E por que Dilma haveria de renunciar? Nada empurra a tanto o vencedor de uma eleição, menos ainda a lei. Há quem diga: antecipemos as eleições, outubro próximo seria uma boa data. A presidenta reage com louvável ironia: pois então, renunciemos todos em bloco, governo, governadores e congressistas.

A quem aproveita a proposta? Panorama confuso, de névoa do Mar do Norte, na madrugada invernal. Em meio à cerração, aparecem desentendimentos na tripulação do barco golpista. Não vale a pena perder tempo em relação ao patético comportamento de Marina Silva, crente ferrenha das pesquisas, incapaz de perceber que a coisa pega somente nas cercanias do pleito.

Leia mais em:

<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2016/04/a-crise-e-mental.html>

10/04/2016 - Vermelho

PCdoB: intensificar e ampliar mobilizações contra o golpe

O Comitê Central do PCdoB reuniu-se neste final de semana e, ao final, aprovou uma resolução em que conclama as forças democráticas e progressistas a intensificarem e ampliem a luta contra o golpe em marcha.



A resolução destaca a crescente mobilização de segmentos cada vez mais representativos da sociedade brasileira em defesa da democracia. As ações contra a escalada golpista ocorrem nas ruas, nas redes sociais, nas tribunas dos parlamentos e nas instituições. Em reação, o consórcio golpista também acentua suas ações, tendo como alavanca a chamada Operação Lava Jato. Este cenário configura uma encruzilhada histórica em que a Câmara dos Deputados votará em favor da democracia ou da trama golpista. Para a vitória democrática é indispensável a ação ampla, intensa e cotidiana mobilização das forças democráticas e progressistas.

Leia a íntegra da nota do PCdoB:

Hora da decisão: intensificar e ampliar mobilizações contra o golpe!

Nos próximos dias de abril, a Câmara dos Deputados realizará uma votação de grandes consequências para o presente e para o futuro do país. Nesta votação

histórica, ou vencerá a democracia, com a preservação do legítimo mandato da presidenta Dilma Rousseff, ou triunfará o golpismo, com a aprovação de um impeachment sem crime de responsabilidade, portanto, ilegal e inconstitucional.

Nas últimas semanas, em ondas crescentes e cada vez mais representativas, o povo, os trabalhadores e trabalhadoras, a comunidade universitária, intelectuais, artistas, religiosos, juristas, advogados e vários outros segmentos sociais promoveram e seguem promovendo atos em defesa da democracia. As manifestações contra o golpe ocupam as ruas, as redes sociais, as tribunas e se multiplicam manifestos cada vez mais respaldados.

Em contraposição, o consórcio golpista, com o arranjo espúrio de Temer, Cunha, Aécio e a grande mídia, tendo a Operação Lava Jato como alavanca, robusteceu suas forças e freneticamente se lançou para consumir o golpe.

Todavia, na hora "h" enfrentam problemas. A alternativa Temer, longe de ser a apoteose que ele imaginou, se depara com crescente rejeição popular e significativa dissidência no PMDB e ele passa a ser alvo de um processo de impeachment na Câmara, que Eduardo Cunha arquivara e o ministro Marco Aurélio do STF determinou que lhe seja dado sequência. A oposição apresenta rachaduras. Marina Silva somou-se à defesa da cassação da chapa Dilma-Temer, via Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que encerra a convocação de novas eleições.

Estado de alerta para desmascarar ações do "poder paralelo"

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/279029-1>